

A POSIÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO

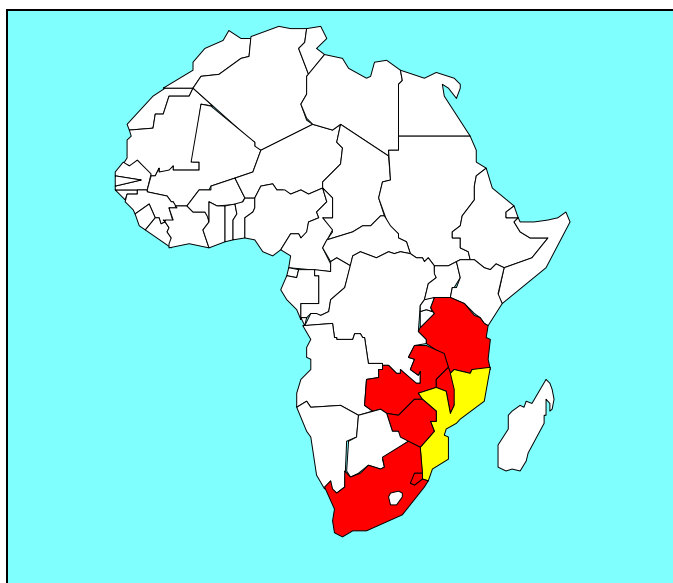
— Análise geoestratégica à luz da História —

É uma anomalia que Portugal e Espanha não sejam um mesmo Estado... essa separação é uma sorte para os portugueses porque estão distantes do desastre político, económico e social em que Espanha se converteu.

Arturo Pérez-Reverte (DN, 15 Setembro 2020)

Afirmava Napoleão que a geografia de um país era a condicionante principal da sua política. Efectivamente, os territórios onde se encontram sediadas as diversas unidades políticas, além da sua diversificada extensão, apresentam, em paralelo, condicionamentos ao seu bem-estar e progresso, resultantes, em grande parte, da sua morfologia e do seu posicionamento geográfico em termos regionais. Podemos dar, a este respeito, um exemplo simples, que nos toca de perto: o caso de Moçambique.

De facto, esta república da África meridional tem fronteira com a África do Sul, a Suazilândia, o Zimbábue, a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia, todos eles países que foram, no passado, colónias britânicas. Mesmo no tempo em que Moçambique era parte dos domínios ultramarinos portugueses, a influência britânica no território era notável. Parte significativa da economia moçambicana encontrava-se articulada com os países limítrofes. Para além de algumas trocas comerciais normais entre vizinhos, assumia grande importância a utilização por todos esses países, à excepção da Tanzânia, dos excelentes portos moçambicanos – Lourenço Marques (hoje Maputo), Beira e Nacala – o turismo de mar e a exportação de mão de obra para as minas do Transvaal. Clamorosa evidência da influência da geografia era o pormenor de o tráfego automobilístico se fazer pela esquerda, à moda britânica, quando em Portugal se circulava pela direita. A influência britânica encontra-se hoje substituída pela dos países anglófonos que envolvem a república moçambicana, com natural preponderância para a África do Sul.



Ainda no tempo da dominação portuguesa, foram várias as vezes em que britânicos e sul-africanos cobiçaram o território de Moçambique. Recorde-se que, em 1940, o primeiro-ministro sul-africano, marechal Smuts, planeava ocupar o sul de Moçambique. A situação pareceu tão embaraçosa para o governo britânico que este decidiu pedir explicações a Pretória. O governo sul-africano, todavia, recusou prestar quaisquer garantias quanto a uma posterior retirada do território português, fazendo depender uma tal decisão do resultado final do conflito.

Por muito que nos possa custar, a adesão de Moçambique à Commonwealth – se constituiu uma surpresa por se tratar do primeiro país totalmente não-anglófono a ser admitido na organização –, do ponto de vista geopolítico, surge como um paradigma do acerto da expressão napoleónica atrás citada.

Mas, para que o exemplo seja ainda mais académico, nem falta a circunstância de ter sido a África do Sul, através do seu presidente Nelson Mandela, a protagonizar o esforço de apoio político à adesão de Moçambique, apesar da oposição dos governos da Grã-Bretanha, Índia, Austrália e do Canadá.¹ Esta circunstância permite-nos constatar como a influência da geografia é determinante, tendendo a produzir políticas análogas mesmo quando se alteram profundamente os quadros políticos e os regimes que os protagonizam.

Se a geografia é determinante na política económica de um país, também o é em questões de segurança. As suas condições de defesa são, antes de mais, resultado da realidade regional em que se insere.

A história ensina-nos que, sempre que houve guerra entre Estados, um determinado território esteve em disputa. Mas não foram apenas o desejo de conquista ou de domínio político que motivaram, ao longo de séculos, a invasão de territórios por forças militares de outras nações. Em não poucos casos, países houve que foram invadidos apenas porque se encontravam no caminho ideal para a invasão de um terceiro (caso da Bélgica, nas duas guerras mundiais), ou que foram ocupados por conferirem uma significativa vantagem estratégica para o desenrolar das operações numa determinada área (caso de Timor-Leste, durante a 2.ª Guerra Mundial). Os exemplos atrás referidos reforçam a relevância da geografia na apreciação da vulnerabilidade de um território, dado que, em ambos os casos, se tratava de países neutros.

Quando se olha atentamente para um mapa que represente a área de interesse de Portugal – Europa, Norte de África e Atlântico –, não é difícil verificar, relativamente ao nosso país, os seguintes aspectos particulares:

- O carácter periférico da sua localização;
- O carácter igualmente periférico – e quase insular – da unidade geográfica regional em que se insere, a Península Ibérica;
- O não ser o território português uma parte nitidamente característica do todo peninsular;
- A circunstância de ter fronteira terrestre apenas com um país² – a Espanha – não constituindo, portanto, eixo de progressão para a invasão terrestre de qualquer terceiro território;
- A escassa profundidade do território continental (218 km de largura máxima);
- A posição vulnerável da capital, Lisboa, de fácil acesso pelo mar e distante apenas 150 km da fronteira espanhola mais próxima;
- A longa costa atlântica (848 km), amplamente favorável a desembarques;
- A extensa fronteira terrestre com a Espanha (cerca de 1.200 km), a qual constitui uma das maiores fronteiras europeias entre dois estados;
- O carácter arquipelágico do conjunto Continente-Açores-Madeira, sendo que o arquipélago açoriano se localiza na rota mais curta entre a Europa e a América do Norte, enquanto o madeirense possui latitude “africana” e dista 600 km da costa marroquina, contra os mais de 800 km a que se encontra da ponta de Sagres.

Ao chamarmos a atenção para a localização periférica de Portugal, no contexto do Continente Europeu, devemos sensibilizar o leitor para outra circunstância não menos importante – o facto de o

¹ *Expresso*, 18-11-1995.

² Na Europa continental, só a Dinamarca se encontra em situação semelhante. Todavia, as rotas marítimas que ligam o Mar Báltico ao Mar do Norte passam, obrigatoriamente, em águas territoriais dinamarquesas, dada a proximidade das costas sueca e norueguesa. Em Abril de 1940, para a concretização da invasão da Noruega, a Alemanha não prescindiu da prévia ocupação do território dinamarquês.

nosso país se encontrar, igualmente, na periferia do conjunto político de que faz parte, isto é, da União Europeia.



A Península Ibérica

Como unidade geográfica bem definida, a Península Ibérica constitui porventura, no âmbito europeu continental, o conjunto territorial que mais se aproxima do conceito de *ilha*. Para esse facto muito contribuem quatro circunstâncias:

- A sua posição periférica, que acentua o isolamento próprio de uma *ilha*;
- A natureza do istmo que a liga ao continente europeu – a cordilheira dos Pirenéus que, nos seus cerca de 435 km de extensão, chega a atingir a altitude de 3.404 m – constituindo não só uma fronteira natural entre a península e o resto do continente mas também um poderoso obstáculo em termos militares;
- O facto de essa fronteira ser com um só país [a minúscula dimensão de Andorra confere-lhe um peso geopolítico mínimo];
- Os cerca de 2.000 km de costa atlântica, sem que outros territórios se localizem na mesma região (mar aberto), ao contrário do que sucede com as penínsulas da Jutlândia, da Escandinávia, Itálica e Balcânica.

Esta separação física, se não se revelou, ao longo dos séculos, como motivo para o isolamento político dos estados ibéricos, funcionou, grandemente, como sistema de segurança natural contra as investidas guerreiras que implicassem a travessia dos Pirenéus. Referimo-nos, obviamente, ao valor da cordilheira quando devidamente defendida. A história fornece-nos vários exemplos de exércitos que cruzaram os Pirenéus, para sul ou para norte – os cartagineses de Aníbal, os vândalos, os suevos, os alanos, os visigodos e os árabes, e, mais recentemente, os exércitos napoleónicos –, mas sem que se verificasse oposição significativa. Todavia, depois da constituição dos reinos ibéricos, resultantes da reconquista cristã da península, e consolidado que foi o conceito de Estado-Nação, a barreira pirenaica jamais deixou de cumprir a sua “missão” de segurança relativamente ao exterior.

No seu interior, no entanto, é fértil em guerras todo o período que vai do início da reconquista cristã (século VIII) até à conquista do reino muçulmano de Granada pelos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão (1492). Exceptuando aquelas que se travaram entre cristãos e muçulmanos, no âmbito da reconquista da península, as restantes tiveram, não poucas vezes, o carácter de lutas entre membros da mesma família.

Neste contexto geográfico, a subtracção de Portugal à hegemonia castelhana – sobretudo considerando o facto de ter passado por 60 anos de União Real com Espanha – constitui um exemplo notável e raro de insubmissão às “leis” da geopolítica.